

**O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar.**

The Program Acquisition Alimentos (PAA) as strategy of promotion of familiar agriculture.

SCHIRMANN, G.S., PGA/UFSC, gabinha\_nut@yahoo.com.br; ROSAR, D.B., NMD/UFSC, dbampirosar@hotmail.com; PEREIRA, A.A.A., PGA/UFSC, aaap@cca.ufsc.br.

**Resumo:** Este estudo pretende apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de mercado institucional para a agricultura familiar agroecológica, baseado no fornecimento de alimentação escolar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destaca a importância da agricultura familiar no fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação nas escolas públicas brasileiras, mas, no entanto não dispõe de mecanismos precisos para a inclusão deste grupo nos processos de compra. A divulgação do PAA entre os promotores da agricultura familiar e da Agroecologia visa difundir estratégias que possam ajudar no desenvolvimento rural local e sustentável.

**Palavras chave:** Alimentação escolar; Programa de Aquisição de Alimentos; desenvolvimento rural.

**Abstract:** This study intends to present the Food Acquisition Program (PAA) as a strategy of institutional market for agroecological family farming, based in the supply of school food. The National Program for School Food Supply (PNAE), emphasizes the importance of family farming in Brazilian public school food supply; however they do not make use of necessary mechanisms for the inclusion of this group in the purchase processes. This program (PAA) is one of the possible promoters of family farming and Agroecology can raise strategies to promote the local and sustainable agricultural development.

**Key words:** school food supply; Food Acquisition Program; rural development.

### **Introdução**

O presente trabalho analisa a utilização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas várias modalidades de compra para a alimentação escolar como estratégia para promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural. Entende-se que a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores locais, através da utilização de políticas e programas públicos, é um componente importante para promover o desenvolvimento local da agricultura baseada em preceitos agroecológicos.

Esta é uma pesquisa de caráter teórico, na qual foram analisados os documentos do governo federal que regulamentam a aquisição e distribuição da alimentação escolar para as escolas públicas brasileiras. O foco de análise está baseado na bibliografia que trata sobre o desenvolvimento rural e a Agroecologia.

É crescente a percepção que a agricultura moderna é insustentável, ela deteriora as condições que a tornam possível: o solo, a água, o ar e a vida. Tal tipo de perspectiva faz surgir reações que buscam alternativas como a prática da Agroecologia. A

Agroecologia busca desenvolver a base científica necessária para a transição a estilos de agricultura sustentáveis que permitam processos de desenvolvimento rural sustentável. Acreditamos que práticas pautadas pelos conhecimentos agroecológicos são componentes chaves de um caminho em direção à agricultura sustentável, ou seja, uma agricultura que promova o desenvolvimento rural e social, sem extinguir os recursos naturais.

O modelo de agricultura sustentável aqui é percebido como próximo do modelo da agricultura familiar. Neste sentido, a agroecologia passa por uma transformação da sociedade, e o fortalecimento da agricultura familiar com a reestruturação fundiária do país (MOREIRA *et al.*, 2004).

Considerando a vinculação da produção dos agricultores familiares agricultores aos mercados locais uma alternativa para manutenção de suas condições econômicas, a procura de mercados institucionais desponta como um caminho importante.

### **A alimentação escolar e a agricultura familiar**

O fornecimento de alimentos para as escolas se tornou um mercado em potencial para a agricultura familiar. Isso está destacado nas próprias diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde a dimensão do PNAE – ou seja, o atendimento a 36,3 milhões de estudantes, somando um total de 1.500 milhões de reais repassados para a compra de gêneros alimentícios – certamente interfere nas relações de produção e mercado (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004). A entidade executora (o município) deve se ajustar à exigência de utilização de 70% dos recursos, transferidos, na aquisição de produtos básicos, priorizando os produtos semi-elaborados e *in natura* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

Entre os objetivos do PNAE ressaltam-se: a contribuição para a aprendizagem e a promoção do rendimento escolar, a formação de hábitos alimentares saudáveis e a dinamização da economia local, bem como o respeito aos hábitos regionais e a vocação agrícola da região (PEIXINHO, 2005). Acreditamos que tais objetivos reverberam dentro a proposta a Agricultura Familiar de base agroecológica.

Com a compra destes 70% de produtos básicos pelo município para a alimentação escolar, é possível proporcionar incentivo para a agricultura de base familiar e demanda para a compra de alimentos regionais diversificados. Tal fato tem um importante significado em termos de respeito à cultura alimentar local e ao resgate de alguns hábitos alimentares que estão sendo perdidos.

Além disso, esse ajuste à produção do agricultor familiar serve como incentivo para a produção agrícola local e para a melhoria das condições econômicas locais e sociais da população local e conseqüentemente promove o desenvolvimento do município (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

Apesar de o PNAE apresentar uma predisposição em seu potencial para a agricultura familiar e o desenvolvimento local, na prática os agricultores tem encontrado dificuldades em se inserir no fornecimento da alimentação escolar. Os entraves burocráticos e os requisitos para o enquadramento nos processos licitatórios são as principais barreiras neste sentido.

### **O programa de aquisição de alimentos - PAA**

O governo federal instituiu (artigo 19 da Lei n°. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentou no Decreto n°. 4.777, de 2 de junho de 2003) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que pode ser visto como um instrumento para a superação de obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares agroecológicos e também para promover sua participação como fornecedores de produtos para a alimentação escolar.

O PAA é uma das ações do Fome Zero, um programa do Governo Federal brasileiro que integra diversos ministérios, com o objetivo de promover a segurança alimentar e assegurar os direitos humanos e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

O objetivo do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2007).

O PAA possui instrumentos que procuram incentivar a agricultura familiar e viabilizar a utilização dos seus produtos em escolas, creches, hospitais e outros projetos das prefeituras. Estes instrumentos estão situados na modalidade de aquisição intitulada como Compra para Doação Simultânea. Esta modalidade divide-se em: Compra Direta Local da Agricultura Familiar e a Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea, que são operacionalizadas respectivamente, pelos governos estaduais e municipais e, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Em suas diretrizes estão previstas algumas modalidades para a compra para a alimentação escolar que podem beneficiar a agricultura familiar. São abrangidos por

esta modalidade produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar, próprios para consumo humano, inclusive alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. O valor máximo de aquisição por beneficiário produtor é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para cada ano civil. E para participarem os agricultores devem estar enquadrados nos grupos A ao D do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Somando a necessidade do desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento da agricultura familiar com as do PNAE, percebemos que por um lado existe a produção de gêneros alimentícios e a procura de mercados e, de outro a procura por ofertas de produtos alimentares de qualidade. No entanto este é um mercado que apresenta entraves para os agricultores familiares. Desta forma, a utilização do PAA no PNAE para a aquisição de gêneros alimentícios na alimentação escolar, pode ser um fator relevante para a geração de renda aos agricultores familiares, além de promover a segurança alimentar e o conceito de qualidade nutricional. A integração e divulgação destes conceitos, conhecimentos e práticas demonstram grande potencial em contribuir com o desenvolvimento rural e social, fazendo um uso mais responsável e racional dos recursos naturais.

### **Referências bibliográficas**

- FNDE. Histórico da Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>> . Acesso em 12 de junho de 2007.
- MDS. Desenvolvimento Social. Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em 12 de junho de 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Operacionais para o Planejamento de Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. É hora da Alimentação escolar. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Manual de Gestão Eficiente da Alimentação escolar Escolar. São Paulo: Apoio Fome Zero, 2.ed., Março, 2005, 78p.
- MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. In: Agric. São Paulo, São Paulo, v.51, n.2, p.37-56, jul./dez. 2004.
- PEIXINHO, A. PNAE contribui para a qualidade da educação. Revista do Conselho Federal de Nutrição. Ano IV. n.15. pp.9-10. Jan-Abr, 2005.